LEI Nº 964/2003.

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE SUBSÍDIO
DESTINADO AO TRANSPORTE
INTERMUNICIPAL DE ALUNOS DE ENSINO
SUPERIOR E TÉCNICO-
PROFISSIONALIZANTE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE, Prefeito Municipal de Serrana, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º- Fica criado o subsídio especial de Apoio ao Estudante Carente, que tem como escopo o transporte intermunicipal de alunos serranenses regularmente inscritos em cursos de ensino superior e técnico-profissionalizante não existentes no município.

§ 1º- O valor do subsídio será reajustado por Decreto da chefia do Executivo, tendo como base as alterações comerciais de transporte intermunicipal de passageiros, devendo a comissão especial instituída pela presente lei solicitar as revisões, fixando-se como valor inicial o importe diário de R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos).

§ 2º- O subsídio será único e fixo, não estando sujeito a horários escolares, distância das cidades onde estão localizadas as entidades escolares ou qualquer outra particularidade.

§ 3º- Na hipótese de não levantamento dos valores até o final de cada mês, estes serão retidos pelo FEATEI - Fundo Especial de Apoio ao Transporte Escolar Intermunicipal.

§ 4º- Para o presente ano letivo serão beneficiados os alunos já cadastrados junto ao DMEC – Departamento Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Para a gestão dos recursos destinados ao subsídio ora criado fica instituído o FEATEI - Fundo Especial de Apoio ao Transporte Escolar Intermunicipal, o qual será mantido com os valores mensais destinados a cada aluno, considerando-se o número de dias letivos de cada mês, multiplicado pelo valor diário da viagem.

§ 1º - A administração promoverá licitação pública ou procedimento de dispensa desta, nos moldes da Lei Federal 8.666/93, para a contratação de instituição financeira com sede ou agência no município, tendo como objeto a abertura de conta específica e vinculada para cada estudante regularmente cadastrado como beneficiário do subsídio ora instituído, sem qualquer ônus para estes.

§ 2º - O repasse do subsídio será realizado mensalmente, preferencialmente até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, tomando-se por base de cálculo a efetiva frequência escolar de cada aluno, cujos critérios e meios de fiscalização serão definidos conjuntamente pela administração e a comissão especial instituída por esta lei.

§ 3º - Os repasses estão condicionados a previsão orçamentária, com contemplação no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária, cuja inclusão para o presente exercício já fica ora autorizada, em tudo com estrita observância as determinações da Lei 101/00 (LRF), ou legislações federal fiscal que venha substituí-la.

§ 4º - A administração poderá suspender o subsídio no caso de não confirmação de arrecadação de previsão orçamentária da dotação própria, ocorrência de fatores imprevistos como seqüestro judicial de verbas, força maior, estado de sítio, de emergência ou calamidade pública.

§ 5º - Fica autorizada a suplementação, sem comprometimento do percentual previsto para o presente exercício, dos valores necessários ao subsídio a ser concedido neste ano letivo, em dotação própria a ser destinada ao FEATEI - Fundo Especial de Apoio ao Transporte Escolar Intermunicipal.

Art. 3º - Fica instituída a Comissão Especial para execução, análise e julgamento dos casos concernentes à liberação e destinação de subsídios a serem fornecidos aos estudantes considerados economicamente necessitados, com competência especial para:

- I- cadastrar os estudantes matriculados em cursos técnico-profissionalizantes e superiores não existentes no município;
- II- acompanhar e avaliar a execução das ações definidas nesta lei;
- III- aprovar ou não o cadastramento dos estudantes a serem beneficiados, valendo-se para tanto de critérios objetivos e impessoais, em especial quanto a renda individual e/ou familiar do estudante e valor da mensalidade escolar arcada pelo mesmo;
- IV- analisar os relatórios de frequência escolar dos alunos beneficiários;
- V- remeter mensalmente ao Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal relatório com os valores individuais a serem creditados pelo FEATEI - Fundo Especial de Apoio ao Transporte Escolar Intermunicipal aos alunos beneficiários;

VI- Cancelar o subsídio dos estudantes que tenham frequência escolar inferior a 50% de cada semestre útil letivo, ou que não apresentar temporalmente documentação para cadastro ou de conferência de frequência escolar solicitada.

§1º- É assegurado à Comissão de que trata este artigo o acesso à documentação necessária ao exercício de suas atribuições.

§2º- Cumpre a comissão especial a elaboração e remessa para homologação pelo Chefe do Executivo Municipal, de seu regimento interno.

§3º- Os trabalhos da Comissão serão considerados de relevante valor social, não tendo remuneração.

Art.4º- A Comissão Especial instituída nos termos do artigo anterior, compor-se-á por 07(sete) membros, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, conforme descrição a seguir:

I- 01 (um) representante do Departamento Municipal de Promoção e Bem Estar Social, indicado pela direção do mesmo;

II- 01 (um) representante do Departamento Municipal de Educação e Cultura, indicado pela direção do mesmo;

III- 01 (um) representante da Administração Geral, escolhido pelo Prefeito Municipal;

IV- 02 (dois) representantes do Poder Legislativo, indicados pelo Presidente da Câmara Municipal;

V- 02 (dois) representantes dos alunos beneficiários do subsídio, indicados por comissão especial destes, após escolha participativa democrática;

Art. 5º- Em caso de implemento de instituições de ensino superior ou técnico-profissionalizante que contenham os cursos desenvolvidos pelo estudante beneficiário, considerar-se-á, mediante formalização junto à Comissão Especial, cancelado o benefício a ele destinado.

Art. 6º- Não serão contemplados pelo subsídio alunos matriculados em cursos não reconhecidos pelo MEC, pré-escolares, de ensino fundamental ou médio, preparatórios para exames vestibulares e pós-graduações de habilitação superior.

Art. 7º- Fica autorizado o recebimento, mediante doação ao FEAEC - Fundo Especial de Apoio ao Estudante Carente, de recursos de empresas públicas ou privadas e de outras instituições ou entidades.

Art. 8º- As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias, observadas as disposições contidas no artigo “2º” e “§§” do presente diploma legal.

Art. 9º- Os casos omissos nesta lei serão solucionados por intermédio de Resolução do Departamento de Educação e Cultura.

Art. 10- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ESTRELA D' ALVA
28 de Fevereiro de 2.003

VALÉRIO ANTONIO GALANTE
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA
NA DATA SUPRA NO LOCAL DE COSTUME.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE
PREFEITO MUNICIPAL